RESIC
Revista dos Seminários de Iniciação Científica
Edição Especial - Passos MG
2026

O uso indevido de medicamentos entre acadêmicos de Medicina: conscientização, prevenção e promoção do bem-estar

Liliam Graciely Oliveira de Morais[1]; Bárbara Júlia Moraes de Paula[1]; Arthur Oliveira Lima[1]; Edna Messias de Freitas Santos[2]
[1] Acadêmicos de Medicina da Faculdade Atenas, Passos, MG, Brasil.
[2] Professora e orientadora do setor de pesquisa da faculdade Atenas, Passos , MG, Brasil.
Autor correspondente: liliam.morais@uniatenas.edu.br

RESUMO

O curso de Medicina impõe elevada carga horária e intensa pressão acadêmica, tornando os discentes vulneráveis ao uso indiscriminado de medicamentos, especialmente psicoestimulantes como o metilfenidato. Este trabalho relata os resultados de uma ação de iniciação científica voltada para a conscientização, prevenção e promoção do bem-estar de estudantes de Medicina na Faculdade Atenas, em Passos/MG. A intervenção consistiu em uma palestra interdisciplinar abrangendo os eixos legal e psicológico. No eixo legal, discutiram-se a legislação de substâncias controladas e os riscos criminais do repasse e contrabando. No eixo psicológico, abordaram-se os gatilhos emocionais, a ansiedade de desempenho e os prejuízos cognitivos do "doping intelectual", incentivando o autocuidado e o suporte prestado pelo NAPP e pela rede de saúde mental. Os resultados demonstraram o forte engajamento dos discentes e revelaram a necessidade contínua de ações informativas sobre a dimensão jurídica e os impactos psíquicos da automedicação.
PALAVRAS-CHAVE: Psicoestimulantes; Metilfenidato; Estudantes de medicina; Doping intelectual; Saúde mental.

ABSTRACT

Medical training involves high academic demands and intense pressure, making discentes vulnerable to the non-prescription use of medications, particularly central nervous system stimulants such as methylphenidate. This article presents the outcomes of a scientific initiation project designed for awareness, prevention, and well-being promotion among medical students at Faculdade Atenas in Passos/MG. The intervention consisted of an interdisciplinary seminar addressing legal and psychological perspectives. The legal axis explored regulations on controlled substances and criminal implications of sharing or illegal acquisition. The psychological axis addressed emotional triggers, performance anxiety, and cognitive harms associated with "intellectual doping," promoting self-care and institutional resources like NAPP. Results highlighted significant engagement and confirmed the necessity of ongoing preventive programs.
KEYWORDS: Central nervous system stimulants; Methylphenidate

1. INTRODUÇÃO

O curso de graduação em Medicina impõe um ambiente acadêmico caracterizado por elevada demanda cognitiva, longas jornadas de estudo e intensa pressão por alto desempenho profissional e acadêmico (Morgan et al., 2017). Nesse contexto, aumenta a vulnerabilidade dos estudantes a estratégias inadequadas de enfrentamento, dentre as quais se destaca a automedicação, especialmente o uso não prescrito de fármacos psicotrópicos e estimulantes (Nasário; Matos, 2022).

Por possuírem conhecimento técnico e acesso facilitado a diversos compostos, os acadêmicos de Medicina são frequentemente considerados grupo de risco para o uso excessivo e imprudente dessas substâncias. O consumo concentra-se principalmente em estimulantes do sistema nervoso central, utilizados com o objetivo de otimizar o desempenho cognitivo (Gloria-Garcés; Vedana, 2013). Entre os principais psicoestimulantes utilizados para aumento da memorização, concentração e raciocínio, bem como redução do sono, destacam-se: cafeína, dimesilato de lisdexanfetamina, metilfenidato, modafinil, piracetam, bebidas energéticas e anfetaminas (Eger et al., 2016). O cloridrato de metilfenidato, comercializado como Ritalina® ou Concerta®, é um dos medicamentos mais utilizados no Brasil com finalidade de aprimoramento cognitivo. Essa prática é conhecida como “aprimoramento cognitivo farmacológico” ou “doping intelectual” (Trigueiro; Leme, 2020). Popularmente, a Ritalina® ganhou o apelido de “pílula da inteligência” por sua capacidade de aumentar o estado de alerta, a motivação e a cognição (Barbosa; Marquez; Assunção, 2023). O uso não terapêutico do metilfenidato é frequente entre universitários, empresários e profissionais da saúde (Trigueiro; Leme, 2020). O Brasil é o segundo maior consumidor mundial dessa substância, com aumento de aproximadamente 775% em uma década (Gonçalves et al., 2021).

Embora possuam mecanismos distintos, esses fármacos atuam predominantemente sobre neurotransmissores como a dopamina, relacionados à motivação, recompensa e atenção (Mattos, 2014). Entretanto, seu uso indevido está associado a riscos importantes, incluindo déficits cognitivos, prejuízo na tomada de decisão, ansiedade, insônia e risco de dependência (Nasário; Matos, 2022). Além disso, o fácil acesso por vias informais e a circulação clandestina no ambiente universitário ampliam riscos iatrogênicos, legais e sociais (Barbosa; Marquez; Assunção, 2023). Observa-se ainda a normalização do uso dessas substâncias entre estudantes de Medicina, em que os benefícios imediatos são priorizados em detrimento da saúde a longo prazo. Essa prática contribui para dependência psicológica e prejuízo no desempenho sem auxílio químico.

Diante desse cenário, o presente projeto de iniciação científica teve por objetivo Orientar os acadêmicos de Medicina sobre os riscos do uso indiscriminado de medicamentos, promovendo práticas de autocuidado e informando sobre a rede de serviços de saúde mental disponíveis no município bem como o NAPP (Núcleo de apoio Psicopedagógico). Este relatório documenta a execução da pesquisa e discute seus resultados.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Orientar os acadêmicos de Medicina sobre os riscos do uso indiscriminado de medicamentos, promovendo práticas de autocuidado e informando sobre a rede de serviços de saúde mental disponíveis no município bem como o NAPP (Núcleo de apoio Psicopedagógico).

2.2. Objetivos específicos

- Dialogar sobre os fatores acadêmicos, sociais e pessoais que contribuem para o uso indevido de medicamentos entre estudantes.

- Descrever os efeitos farmacológicos, os riscos iatrogênicos e os possíveis prejuízos cognitivos associados ao uso não prescrito de psicotrópicos e estimulantes.
- Discutir as implicações legais e os riscos à segurança relacionados ao uso, à circulação e ao contrabando de medicamentos controlados.

3. JUSTIFICATIVA

O uso de estimulantes do sistema nervoso central para otimização do desempenho cognitivo tem se tornado prática preocupante, especialmente entre indivíduos sem diagnóstico de TDAH ou narcolepsia (Morgan et al., 2017). Essas substâncias são utilizadas com a finalidade de melhorar concentração, atenção, memória e raciocínio (Barbosa; Márquez; Assunção, 2023). Entre os efeitos percebidos estão aumento da capacidade cognitiva e redução do sono (Gloria-Garcés; Vedana, 2013). Estudantes de Medicina constituem grupo de risco devido à alta demanda acadêmica, conhecimento farmacológico e facilidade de acesso a medicamentos (Mendes et al., 2025). Os impactos do uso indiscriminado incluem prejuízos cognitivos, alterações psiquiátricas (ansiedade, insônia, alterações de humor) e risco de dependência, conforme critérios do DSM-5 e CID-11 (Mattos, 2014). Além disso, o acesso informal e a circulação ilegal dessas substâncias ampliam riscos legais e sanitários.

Assim, o projeto justificou-se pela necessidade de conscientização, prevenção e promoção de saúde no ambiente acadêmico, articulando as dimensões legal e psicológica do problema em uma unica ação formativa.

4. METODOLOGIA

A ação foi operacionalizada por meio da realização de uma palestra interdiciplinar intitulada "Uso de Psicoestimulantes para Otimização Cognitiva", direcionada para os estudantes do curso de Medicina. O evento teve como propósito conscientizar os acadêmicos e disseminar informações técnico-cientifica sobre o uso de psicoestimulantes, debatendo o impacto do uso indiscriminado dessas substâncias com a finalidade de melhora da concentração e do desempenho acadêmico.

Para garantir uma abordagem interdisciplinar do tema, a atividade contou com a participação de dois palestrantes, cada qual responsável por um eixo temático. No eixo legal, o palestrante Arthur Oliveira Lima, 3º Sargento da Polícia Militar de Minas Gerais e acadêmico de Medicina, abordou a legislação vigente e as implicações jurídicas relacionadas à aquisição e ao uso de medicamentos controlados sem prescrição médica. No eixo psicológico, a psicóloga Hellian Rezende Machado Lima (CRP 04/40561) discutiu os efeitos psicológicos, o risco de dependência e as alterações comportamentais ligadas ao uso dessas substâncias, destacando os gatilhos emocionais envolvidos, estresse, ansiedade e a intensa pressão por desempenho, além de promover a psicoeducação, a redução do estigma sobre a saúde mental e o incentivo ao autocuidado.

Cabe registrar que a peça de divulgação do evento (Apêndice A) previa ainda um terceiro eixo, de caráter fisiológico; essa etapa, contudo, não foi realizada, tendo a atividade se concentrado nos eixos legal e psicológico. A ação foi realizada em 1º de junho de 2026, às 18 horas, na Sala 11 do Bloco B (térreo) da unidade da Faculdade Atenas em Passos/MG. Estiveram presentes aproximadamente 08 estudantes, além de 01 docente convidado. A baixa adesão observada confirmou a percepção de que o tema desperta interesse imediato entre os acadêmicos, porém ainda não se tem adesão necessária . Os participantes presentes tiverma uma procura espontânea por informação e disposição para o debate, o que reforça a hipótese, já apontada por Morgan et al. (2017), de que o uso de estimulantes é um fenômeno reconhecido, ainda que pouco verbalizado, dentro das turmas de Medicina.

O evento teve duração aproximada de uma hora e meia, com cerca de 40 minutos de exposição por palestrante, seguidos de espaço destinado a perguntas dos participantes. Toda a atividade foi

documentada para garantir a rastreabilidade e permitir a análise de sua eficácia. Para isso, foram realizados registros fotográficos e elaborado este relatório final, contendo o perfil dos participantes, a síntese das discussões e as principais dúvidas levantadas pelos estudantes durante a sessão de perguntas e respostas. Esses dados permitiram avaliar a percepção dos acadêmicos em relação ao tema e o potencial de mudança de comportamento gerado pela intervenção.

5. RESULTADOS

O projeto teve como objetivo principal orientar os acadêmicos de Medicina sobre os riscos do uso indiscriminado de medicamentos, promovendo práticas de autocuidado e informando sobre a rede de serviços de saúde mental disponíveis no município bem como o NAPP (Núcleo de apoio Psicopedagógico). O que visou o aumento significativo do conhecimento dos estudantes sobre os riscos farmacológicos, as consequências fisiológicas, as implicações legais e os danos à saúde mental, inclusive o risco de dependência, associados ao uso não prescrito de psicoestimulantes, como o Metilfenidato. (Gonçalves et al., 2021; Nasário; Matos, 2022).

A partir dessa ampliação do conhecimento, buscou-se incentivar uma tomada de decisão ética, estimulando a reflexão crítica e a formação de um posicionamento mais responsável por parte dos discentes em relação à automedicação e ao chamado "doping intelectual", fortalecendo a responsabilidade profissional desde a graduação. (Trigueiro; Leme, 2020). Paralelamente a essa formação ética, identificaram-se e debateram-se alternativas não farmacológicas eficazes para o manejo do estresse, da ansiedade e da pressão acadêmica, tais como técnicas de higiene do sono, estratégias de organização dos estudos e recursos de apoio psicológico, contando com as contribuições da palestrante Hellian Rezende Machado Lima.

Dando concretude a essa discussão, o colaborador Arthur Oliveira Lima abordou de forma didática os riscos e as implicações legais do contrabando e da circulação de psicoestimulantes obtidos por vias ilícitas. A exposição deixou claro que a aquisição e a posse dessas substâncias controladas, reguladas no Brasil pela Portaria SVS/MS nº 344/1998, fora da prescrição médica, ultrapassam a esfera meramente administrativa e podem alcançar a responsabilização criminal, enquadrando o próprio acadêmico de Medicina nas sanções previstas na legislação, sobretudo na Lei nº 11.343/2006.

Nesse contexto jurídico, um dos eixos centrais foi a informação referente de substâncias estimulantes entre os próprios estudantes. (Barbosa; Marquez; Assunção, 2023). Demonstrou-se que ceder, repassar ou vender esses fármacos deixa de ser um simples favor entre colegas e passa a caracterizar uma conduta tipificável como crime, nos termos do art. 33 da Lei de Drogas (Brasil, 2006), o que reforça a necessidade de atenção e investigação no ambiente universitário diante do crescimento desse consumo. A abordagem, ancorada na experiência do palestrante na área de segurança pública, aproximou a discussão jurídica da realidade cotidiana dos participantes.

6. DISCUSSÃO

Por fim, o palestrante chamou a atenção para um desdobramento frequentemente ignorado: o envolvimento com o contrabando e o uso ilícito de medicamentos pode comprometer o próprio exercício futuro da Medicina. Antecedentes criminais e processos éticos repercutem diretamente sobre o registro profissional e a idoneidade exigida do médico, de modo que uma decisão banalizada na graduação pode impactar toda a carreira. A reação dos participantes revelou um desconhecimento relevante sobre esse conjunto de riscos, confirmando a importância de incluir a dimensão legal nas ações preventivas.

Complementando essa visão legal, a psicóloga Hellian Rezende Machado Lima adotou uma abordagem multidisciplinar para discutir os impactos psíquicos e físicos do uso de psicoestimulantes, com destaque para a interferência negativa na cognição dos estudantes (Gloria-Garcés; Vedana,

2013). Ao deslocar o foco do fármaco para a pessoa, compreendeu-se que o consumo, na maioria dos casos, não é a origem do problema, mas sim uma tentativa de resposta ao estresse crônico, à ansiedade de desempenho e à autocobrança características da formação médica. (Morgan Et Al., 2017; Mendes et al., 2025).

Para ilustrar essa realidade, foram apresentados dados científicos e um relato de caso que evidenciaram os danos ao sistema nervoso central causados pelo uso indiscriminado (Mattos, 2014; Eger et al., 2016). O recurso ao relato de caso traduziu a estatística em uma trajetória concreta, tornando tangível o custo cognitivo e emocional dessa prática. Esse alerta dialoga diretamente com a literatura (Nasário; Matos, 2022), que associa o uso não prescrito a prejuízos na tomada de decisão e a alterações de humor.

Além do alerta, a abordagem psicológica cumpriu a função de psicoeducação e de redução do estigma sobre a saúde mental, apresentando-a como uma pauta legítima e incentivando o autocuidado e o uso racional de medicamentos. Nesse sentido, abriu-se espaço para alternativas não farmacológicas, como a higiene do sono e a gestão do estresse e para a divulgação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP) e da rede municipal de saúde mental, convertendo a conscientização em um encaminhamento prático para que os estudantes saibam onde buscar ajuda.

Toda essa construção refletiu-se diretamente na sessão de perguntas e respostas, que confirmou o alto engajamento da plateia. As dúvidas concentraram-se na distinção entre uso terapêutico e aprimoramento, nas consequências legais do compartilhamento de remédios e na busca por alternativas eficazes contra a sobrecarga, demonstrando que o tema é vivenciado de perto pelos acadêmicos (Morgan et al., 2017).

Exemplos marcantes do interesse do público foram questionamentos sobre como intervir com colegas que fazem uso indiscriminado ou quais as penalidades para quem revende medicações sem prescrição. O registro dessas dúvidas constitui um insumo valioso para orientar futuras ações preventivas e dimensionar a real percepção dos estudantes sobre o problema, abrindo espaço para a documentação visual do evento registrada no acervo fotográfico do anexo B.

7. CONSIDERAÇOES FINAIS

O projeto atingiu os objetivos a que se propôs. A palestra interdisciplinar levou aos acadêmicos de Medicina informação técnico-científica qualificada sobre os riscos do uso indevido de psicoestimulantes, articulando, no contexto da turma, as dimensões legal e psicológica de um mesmo comportamento. Essa integração foi o principal diferencial da ação pois em vez de uma mensagem isolada e proibitiva, os estudantes receberam uma leitura que uniu a repercussão jurídica do uso à compreensão dos gatilhos emocionais que o sustentam, capaz de amparar decisões conscientes.

Do ponto de vista formativo, a intervenção estimulou a reflexão ética sobre o “doping intelectual” e a automedicação, reforçando a responsabilidade profissional ainda na graduação. Do ponto de vista prático, a divulgação do NAPP e da rede municipal de saúde mental transformou a conscientização em caminho de ajuda concreto, oferecendo alternativa real à busca por soluções farmacológicas informais.

A execução evidenciou, ainda, uma lacuna importante, o desconhecimento dos estudantes quanto às implicações legais do uso e do compartilhamento de medicamentos controlados. Esse achado, somado ao interesse espontâneo demonstrado pelo público, sugere que a ação deve ter continuidade e ser ampliada preferencialmente com periodicidade regular e com a coleta sistemática de dados de percepção antes e depois da intervenção, o que permitiria mensurar objetivamente a mudança de comportamento.

Conclui-se que a articulação entre ensino, pesquisa e cuidado com o estudante constitui estratégia eficaz de promoção de saúde no ambiente acadêmico, com potencial de replicação em outras turmas e cursos da área da saúde.

REFERÊNCIAS

EGER, G. A. et al. Antioxidant effect of simvastatin throught oxidative imbalance caused by lisdexamfetamine dimesylate. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 88, n. 1, p. 335–348, mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aabc/a/mSpyfdVw8XjHCzw4Q3XdDrk/?lang=en. Acesso em: 15 set. 2025.

BARBOSA, Carla da Silva; MARQUEZ, Carolinne Oliveira; ASSUNÇÃO, Leonardo Flor. O uso inadequado de Ritalina® para melhoramento acadêmico universitário. **Research Society and Development**, v.12,n.13,e100121344315,2023. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i13.44315. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376403711_O_uso_inadequado_de_RitalinaR_para_melhoramento_academico_universitario. Acesso em: 06 nov.2025.

GLORIA-GARCÉS, Carmen; VEDANA, Kelly Graziani Giacchero. Reflexo do consumo de estimulantes no sistema nervoso central nos estudantes de enfermagem e medicina de uma universidade chilena. SMAD, Rev. **eletrônica saúde mental alcool drog**; 9(2): 64-69, Aug. 2013. Disponível em: https://busqueda.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-60770. Acesso em: 15 set. 2025.

MATTOS, P. Lisdexamfetamine dimesylate in the treatment of attention- deficit/hyperactivity disorder: pharmacokinetics, efficacy and safety in children and adolescents. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 41, n. 2, p. 34–39, mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rpc/a/n5Rqrr4Ns8Pd3kMdqHdgyDL/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 set. 2025.

MENDES, T. C. et al. Uso de substâncias para melhorar o desempenho acadêmico entre estudantes de curso preparatório: estudo transversal. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 49, n. 3, 2025.

MORGAN, H. L. et al. Consumo de Estimulantes Cerebrais por Estudantes de Medicina de uma Universidade do Extremo Sul do Brasil: Prevalência, Motivação e Efeitos Percebidos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 1, p. 102– 109, jan. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/thtr6bKtgJ9X3PwNh7pB8jN/?format=html&lang=pt.
Acesso em: 15 set.2025.

NASÁRIO, B. R.; MATOS, M. P. P. Uso Não Prescrito de Metilfenidato e Desempenho Acadêmico de Estudantes de Medicina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022.

TRIGUEIRO, Emilia Suitberta de Oliveira; LEME, Maria Isabel da Silva. Estudantes e o doping intelectual: vale tudo na busca do sucesso no vestibular? **Psicologia Escolar e Educacional**, v.24,2020. DOI: http://dx.doiorg/10.1590/2175- 35392020219948. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/kdYdjFmxhzsBB5dV53FvFpP/?lang=pt&format=pdf.
Acesso em: 06 nov.2025.

GONÇALVES, J. P. et al. Uso não prescrito de metilfenidato entre universitários: uma revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, n. 10, 2021. Acesso em: 02 fev.2026.